

Empreguismo derrota Bacha

O ex-presidente do IBGE, economista Edmar Bacha, costuma contar uma história para ilustrar suas críticas à tradição de empreguismo e ociosidade que impedem a eficiência do serviço público. Quando assumiu, em maio de 1985, encontrou sobre a mesa uma recomendação para preencher os 23 cargos de delegados do IBGE nos estados com nomes indicados pelas bancadas federais do PMDB e do PFL. Como se tratava de cargos de confiança, Bacha exigiu que fossem preenchidos por funcionários de carreira. O governo acatou, mas não abriu mão de fazer dois delegados, o do Rio Grande do Sul e o do Maranhão. Este último por decisão direta do Palácio do Planalto, para beneficiar um pastor protestante que tinha sido cabo-eleitoral do deputado Sarney Filho.

Para Bacha, hoje professor da PUC do Rio de Janeiro, existem dois tipos de pressão que impedem o serviço público de ser eficiente: "A utilização da função pública não para prestar serviços à população, mas para gerar empregos; e a ociosidade, derivada da interação perversa entre administrador e funcionário."

Ele enfrentou esses males enquanto dirigiu o IBGE, por 17 meses. Seu grande projeto era justamente a reforma administrativa, que não foi avante porque não recebeu do governo a garantia de que os cortes de pessoal obedeceriam a critérios unicamente técnicos, sem interferência de caráter político. Ainda assim, Bacha conseguiu diminuir

o quadro de funcionários do IBGE em 1 mil 300 pessoas.

A passagem pelo IBGE, de qualquer modo, rendeu algumas reflexões. "Quando o político indica seus candidatos a empregos no serviço público, o que está em jogo é a probabilidade de sua reeleição. Essa probabilidade aumenta quanto mais emprego ele patrocina. E diminui quanto mais eficiente for o serviço público prestado ao que ele estiver associado", analisa Bacha.

Ele localiza na própria estrutura do serviço público as brechas por onde entram os apadrinhados dos políticos. O controle da receita não está nas mãos do administrador, pois a responsabilidade pelo orçamento de pessoal é do Tesouro. Mas essa limitação é sempre contornada com os truques enxertados nos contratos de trabalho. "O administrador, que em geral é uma designação do político, não tem nenhum incentivo para controlar o empreguismo."

O ex-presidente do IBGE acredita que a adoção do voto distrital ajudaria a solucionar o problema, na medida em que obrigaria os políticos a disputarem votos em circunscrições geográficas limitadas. "É preciso, de qualquer modo, criar um sistema de cobrança eleitoral do político em relação às consequências nefastas do empreguismo." O cerco se fecharia pelo lado de dentro da máquina governamental. "A posição hierárquica e o salário do administrador devem ser diretamente afetados pelo desempenho do serviço que presta", propõe Bacha.